

A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NA RESERVA DE AMAMBAI:

Perspectivas e desafios nos dias atuais

Wagner Ciqueira Quadro¹

Renata Lourenço²

RESUMO: Desde a Constituição de 1988 quando foram rompidos os conceitos de integração e incorporação dos povos indígenas à sociedade nacional e garantido o direito às suas diferenças culturais, autonomia e alteridade, no campo da educação também foi salvaguardado o direito ao ensino na língua materna e processos próprios de aprendizagem (art.210). O quadro jurídico que se estabeleceu após foi assegurado o direito à uma escola específica e diferenciada, intercultural e bi/multilíngue. Parte dos professores indígenas foram sendo licenciados em magistério e licenciatura específica, muitos em diversas universidades e cursos de outras instituições universitárias. No entanto, a proposta de uma educação propriamente indígena se esbarra em um palco de tensões entre políticas internas de aldeias e de instituições não-indígenas, comprometendo sobremaneira os projetos originais. Analisar este processo, como mediadores intelectuais externos, onde a Universidade e novos pesquisadores não-indígenas também se incluem, é de bastante relevância. Observar, ouvir, desvendar os mecanismos internos e externos deste processo pode ajudar no sentido de aprimorar metodologias e promover a interculturalidade desejada, no qual, os conhecimentos indígenas não sejam esvaziados de seu contexto sociolinguístico e, ao mesmo tempo em que dialoga com os conhecimentos universais e com a cultura majoritária.

Palavras-chave: Educação escolar indígena; Professores indígenas; Interculturalidade; Bilinguismo; Escola diferenciada.

1 Aluno do curso de Licenciatura Plena em Ciências Sociais, bolsista do CNPq/UEMS/PIBIC.

2 Professora do curso de Licenciatura Plena em História, orientadora desta pesquisa.